CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 282/95 - reautuado em 24-11-95
INTERESSADO: Afonso Henrique Martins Luz
ASSUNTO: Recurso de Avaliação Final - Reconsideração de Parecer
RELATORA: Cons^a Sonia Aparecida Romeu Alcici
PARECER CEE Nº 824/95 - CESG - APROVADO EM 20-12-95

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Tratam os autos de recurso interposto por Afonso Henrique Martins Luz contra a decisão do Colégio de Aplicação Pio XII, em Campinas, de considerá-lo retido na 3ª série do 2º grau, em 1994.

Naquele ano letivo, o aluno foi submetido a processo de recuperação final em cinco componentes curriculares, não conseguindo aprovação em três deles: Física, Biologia e Programas de Saúde e Leitura e Produção de Textos. Por normas regimentais, já estava retido na série em Química e Matemática (aproveitamento e assiduidade).

Justifica sua pouca aplicação aos estudos pelo envolvimento com o movimento estudantil, como Presidente ao Grêmio da Escola e Vice-Presidente da União Campineira dos Estudantes Secundaristas.

O aluno, tendo sido aprovado no vestibular da Universidade de São Paulo (USP), na 1ª chamada, com direito a matricular-se no Curso de Filosofia, recorreu da decisão da escola junto à DE de Campinas. Esta, após diversas considerações de natureza filosófico-pedagógica, concluiu pela impossibilidade legal de o caso

ser resolvido no âmbito daquela DE, propondo o encaminhamento do protocolado ao CEE.

Anexo aos autos, encontra-se, a fls. 51, documento emitido pela USP, dando conta do desempenho do aluno no curso de Filosofia-Bacharelado.

Analisando todo o processado, este Colegiado conclui, em 25-10-95, pela retenção do aluno na 3ª série do 2º grau, em 1994, deixando de dar provimento ao seu recurso.

Inconformado, mais uma vez vem ele ao Conselho, solicitando que seja reconsiderada a decisão anterior, por "argüição de ilegalidade" (sic), afirmando ter havido um "erro de conduta cometido pela escola em submeter-me para recuperação quando já havia sido por ela retido, segundo seu próprio regimento, causado assim falsa expectativa".

1.2 APRECIÇÃO

Considerando que a classificação em vestibular à Universidade não substitui a necessidade da conclusão do ensino de 2º grau:

considerando que nenhum argumento relevante foi acrescentado pelo aluno aos anteriormente constantes do processo:

Considerando que a avaliação final do aluno é competência exclusiva da escola, que procedeu consonância com as suas disposições regimentais e com os

objetivos do curso que o aluno frequentou, devidamente expressos e aprovados no seu Plano de Curso, julgamos improcedente a pretensão do interessado de obter o certificado de conclusão do ensino do 2º grau.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto e nos termos deste Parecer, indifere-se o pedido de reconsideração de Afonso Henrique Martins Luz, mantendo-se a decisão de considerá-lo retido na 3ª série do 2º grau, em 1994, no Colégio de Aplicação Pio XII da PUCCAMP, em Campinas.

São Paulo, 05 de dezembro de 1995.

a) Cons^a Sonia Aparecida Romeu Alcici
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: André Alvino Guimarães Caetano, Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 13 de dezembro de 1995.

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab
Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

A Cons^a Eliana Asche votou favoravelmente, com restrições.

Os Conselheiros Francisco Aparecido Cordão e Frances Guiomar Rava Alves abstiveram-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de dezembro de 1995.

a) Cons. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente